



ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA – GRIFFIN CLUB

1. APRESENTAÇÃO

O Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) pode ser definido como documento técnico a ser exigido, com base em lei municipal, para concessão de licenças e autorizações de construção, ampliação ou funcionamento e empreendimentos ou atividades que possam afetar a qualidade de vida da população residente na área ou nas proximidades. É mais um dos instrumentos trazidos pelo Estatuto da Cidade que permite a tomada de medidas preventivas pelo ente estatal a fim de evitar o desequilíbrio no crescimento urbano e garantir condições mínimas de ocupação dos espaços habitáveis.

A sua função fiscalizatória, de prevenção precaução é característica marcante e que garante a avaliação das obras e das atividades que possam, potencialmente, causar dano ao meio ambiente.

Funda-se na nova ordem social trazida pela constituição federal de 1988, na qual, a propriedade individual e absoluta cede espaço estando submetida às restrições administrativas e ao atendimento da função social, bem como outros valores e garantias assegurados à coletividade.

Tem como finalidade instruir e assegurar ao Poder Público acerca da capacidade do meio urbano para comportar determinado empreendimento.

Visa adequar o empreendimento ao meio ao qual ele fará parte, visto que a atividade está se instalando no meio urbano, atendendo todos os controles ambientais de modo a não causar transtornos no cotidiano da população residente do entorno.

O estudo de impacto de vizinhança esta disposto como instrumento na Lei nº10.257/2001 em seu artigo 4:

"Art. 4º Para os fins desta Lei serão utilizados, entre outros instrumentos:

VI – "estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de vizinhança (EIV)."

A Lei Municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal, conforme regrado pela Lei nº 10.257/2001.

Segundo o artigo 37 do Estatuto da cidade, o EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo das seguintes questões:

- I – adensamento populacional;
- II – equipamentos urbanos e comunitários;
- III – uso e ocupação do solo;
- IV – valorização imobiliárias;
- V – geração de tráfego e demanda por transporte público
- VI – ventilação e iluminação;
- VII – equipamentos urbanos e comunitários;
- II – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural;

Neste documento apresenta-se a definição das áreas de influência do local e um diagnóstico ambiental da área em questão e do seu entorno, abrangendo os impactos que a implantação e operação do empreendimento poderá causar no cotidiano de sua vizinhança, abrangendo os aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos.

As ações para a realização deste estudo foram desenvolvidas nos meses de maio e junho de 2019 e basearam-se em informações de trabalhos técnicos já publicados, pesquisas nos arquivos da AMFRI (associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí), além de levantamentos técnicos e pesquisas em campo.

1.1 O Requerente

A empresa Griffin Club Bar Eirelle, que adotou como título do estabelecimento GRIFFIN CLUB, que tem como representante, o senhor Rodrigo da Silva Fondaik, brasileiro, natural de RIO GRANDE (RS), casado em separação de bens, nascido em 03/08/1983, empresário, RG: 6827710, SSP/SC e, de CPF: 008.633.910-95, residente a avenida brasil, 3551, apartamento 1602, centro, na cidade de Balneário Camboriú.

A empresa tem como propósito atuar no mercado prestando serviços da mais alta qualidade, sendo uma ferramenta de entretenimento social, promovendo o correto desempenho de um empreendimento que contribua para a valorização e o desenvolvimento do local e da região.

2.0 OBJETIVOS

O presente estudo de impacto de vizinhança – EIV tem por propósito o atendimento à legislação vigente e verificar os possíveis impactos que poderão estar presentes junto à implantação e operação do empreendimento, apontando as medidas mitigadoras para que o mesmo não venha a interferir negativamente junto a localidade e menos ainda sobre o modo de vida da comunidade e principalmente não interfira negativamente na vida das pessoas.

Este estudo visa apresentar as soluções técnicas e ações para evitar ou minimizar os diversos impactos ambientais e sociais previstos na implantação de um bar e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas com entretenimento, com pretensão de instalações na rua 4550, nº 110, Barra sul, zona urbana do Município de Balneário Camboriú – SC. A área apresentada é fortemente antropizada e descaracterizada pelo acentuado crescimento do ordenado urbano de Balneário Camboriú.

2.1 Objetivos específicos do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV

O estudo de impacto de vizinhança oferecerá elementos para análise da viabilidade da implantação e operação de uma sala locada de 318,80 m², sendo composta por três salas comerciais possuindo sala 01: 108,12 m², sala 02: 105,42 m² e sala 03: 105,26 m², através de informações objetivas que podem dispensar a necessidade de estudos técnicos mais aprofundados.

De acordo com o roteiro para o desenvolvimento das atividades técnicas, tratam-se aqui da descrição do requerimento, seus objetivos, justificativas e diagnóstico ambiental.

Apresenta a elaboração de um diagnóstico integrado na área de influência do requerimento, possibilitando a avaliação dos impactos no cotidiano da população residente no entorno, resultantes da implantação e ocupação das referidas salas para operação da empresa que tem como atividade casa noturna, sendo um bar e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento.

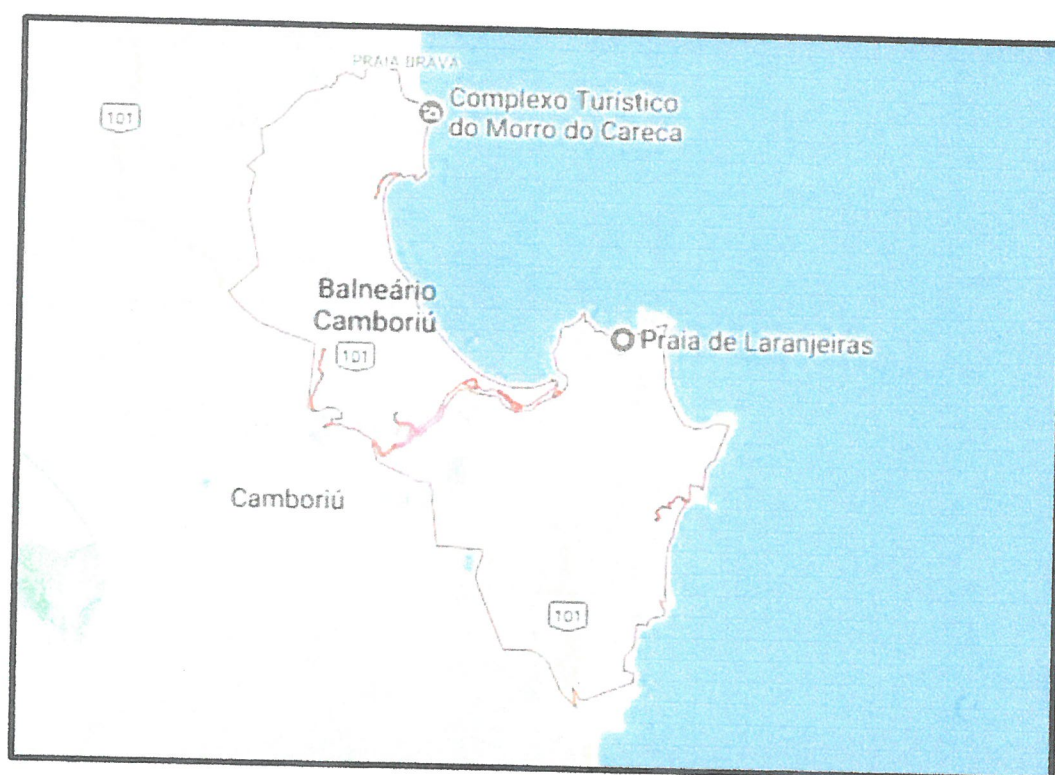
O objetivo de sua apresentação é a garantia da sua viabilidade de operação junto a Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

3. LOCALIZAÇÃO

Balneário Camboriú é um município da Região Metropolitana da Foz do Rio Itajaí, no litoral norte do estado de Santa Catarina, no Brasil. Possui, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2014, uma população de 124 557 habitantes, sendo o 11º município mais populoso do estado e o 2º menor em área total.

Destaca-se como o município com maior densidade demográfica de Santa Catarina, com mais de 2 350 habitantes por quilômetro quadrado.

Balneário Camboriú possui uma das maiores densidades de prédios do Brasil. Apesar de possuir pouco mais de 120 000 habitantes, sua estrutura de casas, edifícios e hotéis comporta aproximadamente 500 000 pessoas, marca ultrapassada nas noites de Réveillon. Balneário Camboriú é o segundo município em qualidade de vida de Santa Catarina e quarto no Brasil.



(figura 1) Localização geográfica do município. Fonte: Site prefeitura municipal de Balneário Camboriú.



(figura 2) Barra Sul. Balneário Camboriú. Fonte: Site prefeitura municipal de Balneário Camboriú.

3.1 Caracterização da área objeto do estudo

O município de Balneário Camboriú está inserido numa região considerada pólo, que vem atravessando um momento de grande expansão econômica baseada no aumento do movimento turístico e na ampliação das atividades relacionadas a construção civil, com a edificação de empreendimentos da mais alta qualidade. Posiciona-se geograficamente no entorno das cidades mais emergentes do sul do Brasil, o que vem atraindo um enorme contingente de pessoas em busca de novas oportunidades emprego e melhor qualidade de vida, apresentando uma taxa migratória positiva.

O processo acentuado de urbanização vem exigindo cada dia mais ações rápidas e contundentes dos agentes públicos e privados, em face da redução dos espaços urbanos disponíveis, que apresentam demandas cada vez maiores, necessitando de uma nova forma de gestão para garantir a sustentabilidade do sistema, assegurando trabalho e renda e o continuidade da expansão turística..

A operação do empreendimento proposto, além de criar uma alternativa de diversão com a instalação de uma casa noturna, sendo um bar com música ao vivo e danceteria tem por objetivo atender à legislação vigente e promover a melhoria da qualidade de oferta de entretenimento e de lazer, além de

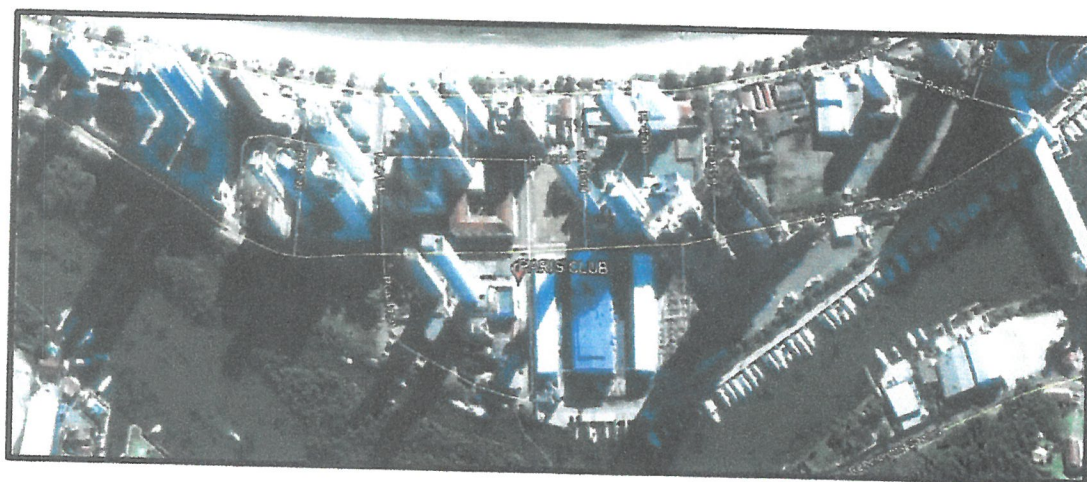
proporcionar ofertas de emprego, em atenção a articulação e integração entre ações de cunho social, turístico e de ordem econômica.



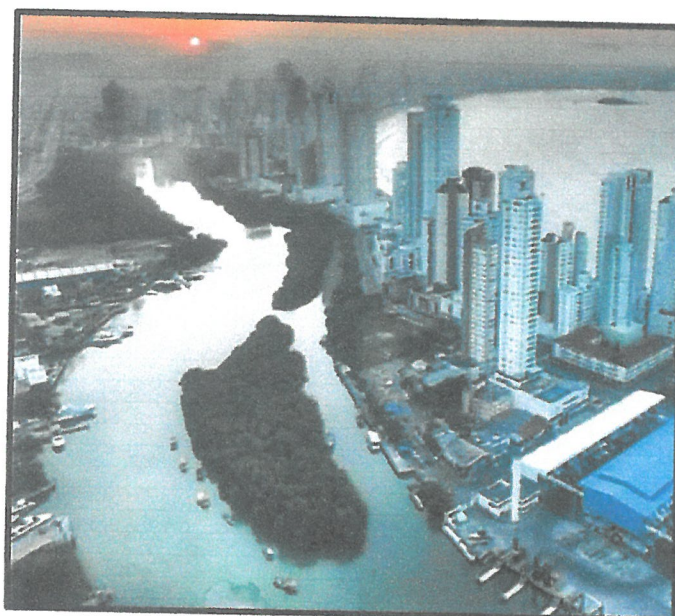
(figura 3) Local do empreendimento com destaque em vermelho, caracterizado pelo entorno rodeado de equipamentos de lazer. Fonte: Google Earth.

4. JUSTIFICATIVA

A proposta do projeto é utilizar este espaço como um dos pontos fortes da cidade, considerando o número crescente de investimentos, sendo uma das regiões mais badaladas do sul do Brasil. Existem muitos atrativos para as pessoas passarem o dia na região e muita infraestrutura para as pessoas se divertirem a noite.



(figura 4) Local do empreendimento. Fonte: Google Earth



(figura 5) Barra Sul. Balneário Camboriú. Fonte: Site prefeitura municipal de Balneário Camboriú.

5. LEGISLAÇÃO APLICAVEL

5.1 Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

Estabelece a política de desenvolvimento urbano, remetendo sua execução ao poder público municipal, objetivando ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, bem como garantir o bem-estar de seus habitantes, facultando, inclusive ao poder público, a exigência do aproveitamento do solo não edificado, conforme artigo 182 e seguintes. Estas previsões legais vêm atender os anseios sociais, derrubando o caráter absoluto da propriedade, predominante em tempos pretéritos.

Assim, evidente que a Legislação Federal, inclusive a Carta Magna, fomenta a ocupação do solo urbano de acordo com a característica de cada município, remetendo a esses a sua regulamentação.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Primeira das constituições brasileiras a tratar de forma detalhada da proteção e da defesa do meio ambiente, há quem diga uma das mais completas do mundo em relação à matéria.

Art 225: "Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

Lei n. 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente

Art 2º - "A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico,

aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana,..."

Lei n. 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais

Art. 3º - "As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade."

Lei n. 9.795/99 – Lei da Política Nacional de Educação Ambiental

Art. 1º - "Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade."

Art. 2º - "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal."

Lei 10.257/2001 - Estatuto da Cidade - Estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Art. 36. Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de estudo prévia de impacto de vizinhança (EIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.

Art. 37. O EIV será executado de forma a contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões:

- I – adensamento populacional;
- II – equipamentos urbanos e comunitários;
- III – uso e ocupação do solo;
- IV – valorização imobiliária;
- V – geração de tráfego e demanda por transporte público;
- VI – ventilação e iluminação;
- VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural.

LEI COMPLEMENTAR Nº 2686/06 - Plano Diretor Municipal de Balneário Camboriú

É um instrumento da política de desenvolvimento urbano e territorial, voltado para orientação dos agentes públicos e privados na construção e utilização do espaço urbano, de maneira coletiva e democrática, partindo de uma leitura real do município, envolvendo aspectos urbanos, sociais, econômicos e ambientais.

SEÇÃO V

DOS ESPORTES, DO LAZER, DA RECREAÇÃO E DO ENTRETENIMENTO.

Art. 30 A Política Municipal de Esportes, do Lazer, da Recreação e do Entretenimento observará as seguintes diretrizes:

II - A Política do Entretenimento tem por objetivo consolidar a vocação local para o desenvolvimento de atividades e empreendimentos voltados ao entretenimento como forma de sociabilidade, de ocupação do tempo livre, da geração de emprego e renda, da melhoria da qualidade cultural e de vida da população local tendo como objetivos específicos:

d) Revitalizar e promover a implantação de empreendimentos voltada à gastronomia e entretenimento ao longo da Via Gastronômica, Barra Sul e Avenida Atlântica;

SUBSEÇÃO XI

DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. 218 Os empreendimentos de impacto, adicionalmente ao cumprimento dos demais requisitos previstos na legislação urbanística, terão a sua aprovação condicionada à elaboração e aprovação de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV, a ser apreciado pelos órgãos competentes da Administração Municipal.



(figura 7) Imagem frontal do empreendimento proposto. Fonte: Equipe técnica.



(figura 8) Imagem do empreendimento proposto. Fonte: Equipe técnica.

6.2 Descrição do Empreendimento

O empreendimento a ser licenciado é uma casa noturna, sendo uma boate, bar e danceteria com música ao vivo, em imóvel localizado na rua 4550, na Barra sul, constituído por três salas comerciais, com mezanino e área de 318,80 m², no município de Balneário Camboriú – SC.

O empreendimento terá capacidade de lotação máxima de 700 (setecentas) pessoas.

Cabe ressaltar que o estabelecimento terá horário de funcionamento variado, mas seu pico será nas sextas-feiras e sábados, das 22h às 04h, com o emprego direto de aproximadamente 30 (trinta) funcionários.

Portanto, o objetivo deste Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV é subsidiar a análise da viabilidade locacional do empreendimento, demonstrando que está em acordo com as leis de diretrizes de uso e ocupação do solo, localizado em ZONA de urbanidade ZEE-II, com posição estratégica, em um local fomentado por casas noturnas. Código CNAE 5611-2/05 – bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento e 9329-8/01 – discotecas, danceterias, salões de dança e similares sendo permitido para esta zona de urbanidade.

6.3 Uso e Ocupação do Espaço Urbano

De acordo com a Lei nº 2686, de 19 de dezembro de 2006, do município de Balneário Camboriú que atualiza as normas de parcelamento, uso e ocupação do solo, o empreendimento promoverá a expansão do espaço, preenchendo o vazio urbano presente. Ainda considerando o uso e ocupação do solo sua implantação atenderá o que está previsto no Estatuto da Cidade, cumprindo assim a função social da propriedade urbana.

“Art 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas previstas no art. 2º desta Lei” (Lei nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade).

A empresa pretende operar em Zona de Urbanidade – ZEE-II. Código CNAE 5611-2/05 – bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento e 9329-8/01 – discotecas, danceterias, salões de dança e similares.

O complexo da Barra Sul, que inclui o terminal do teleférico, o pier de onde partem os passeios de barco pela Baía de Camboriú e a sofisticada Marina tedesco, repleta de iates e lanchas de luxo, é um exemplo do que se encontra no entorno do empreendimento proposto, além de várias casas noturnas, bares e restaurantes com gastronomia singular.



(figura 9) Pub com culinárias Steakhouse da Austrália, próximo ao local do empreendimento. Fonte: Equipe técnica.



(figura 10) Pub com temática mexicana próximo ao local do empreendimento.
Fonte: Equipe técnica.



(figura 11) Casa de shows próxima ao local do empreendimento. Fonte: Equipe técnica.



(figura 12) Rua de acesso ao empreendimento (avenida Normando Tedesco) com empreendimento proposto dobrando-se a direita logo após a pista de skate. Fonte: Equipe técnica.



(figura 13) Estacionamento na avenida Normando Tedesco próximo ao empreendimento proposto. Fonte: Equipe técnica.

6.4 Demanda do Empreendimento por Infraestrutura (Equipamentos Urbanos)

Tem a disposição todos os equipamentos de infraestrutura urbana necessários, tais como: malha viária bem sinalizada, estacionamentos, distribuição de energia elétrica e iluminação pública; recolhimento de resíduos sólidos urbanos e transporte coletivo.

O abastecimento de água é realizado pela empresa EMASA. A região onde se pretende a operação do empreendimento está servida por rede coletora de esgotos, com destino a estação de tratamento.

A energia elétrica será fornecida pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC. A coleta dos resíduos sólidos será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú/SC, através da empresa Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.

Pela demanda que o empreendimento necessitará dos serviços, estima-se que não haverá sobrecarga de fornecimento de qualquer um dos tipos de serviços. Caso seja necessário fica a encargo das concessionárias fazer a exigências e adequações cabíveis para solucionar o problema.

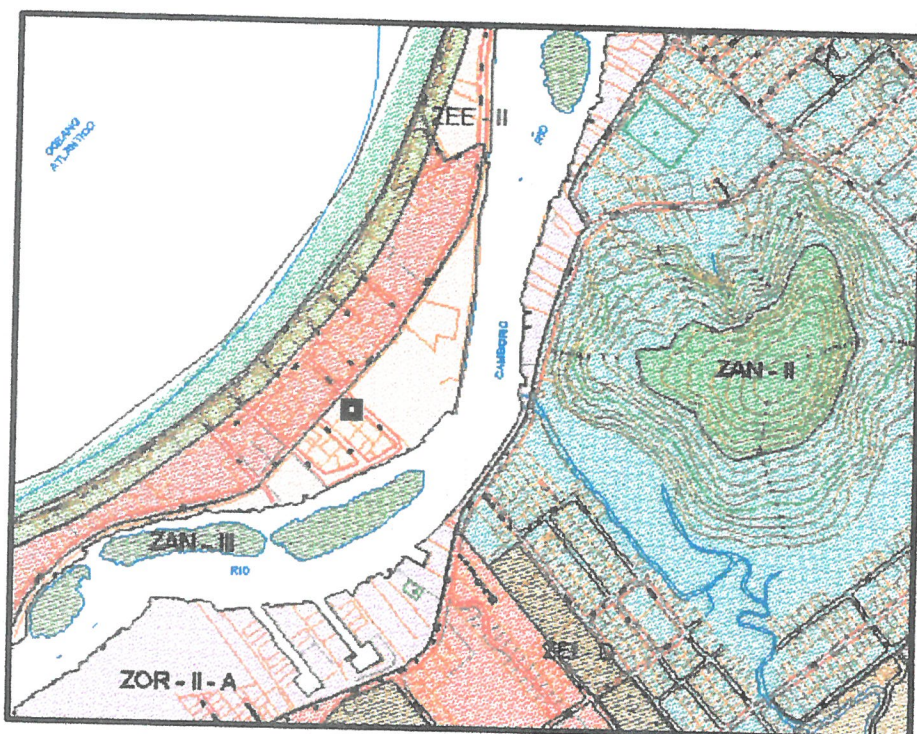
6.5 Morfologia Urbana

A morfologia urbana da área do empreendimento deve ser analisada considerando-se os elementos paisagísticos e a sua transformação no tempo decorrente de ações naturais e sociais e a vocação turística do local.

O empreendimento é inserido em zona urbana e todo seu entorno é caracterizado por varias edificações para fins de entretenimento e lazer. Possui grande movimentação econômica, considerando o crescente desenvolvimento e valorização da região, sendo atendido pelos serviços essenciais prestados pela prefeitura municipal

Considerando ser uma área urbana de grande densidade demográfica que apresenta muitas edificações tanto residenciais quanto comerciais e de lazer, o empreendimento não representará grandes transformações no cotidiano da população residente no entorno, considerando a badalada vida noturna no local.

O empreendimento atende as disposições da Lei de Zoneamento: está inserido em ZE-II - Zona de Ocupação Vocacionada de Restrita e de baixa Densidade, em área privada cedida para tal fim; a morfologia implantada se integra à malha urbana vizinha, com volumetrias que não destoarão dos padrões existentes na região.



(figura 14) Zoneamento do empreendimento – ZEE-II - Fonte: Plano Diretor de Balneário Camboriú.

Em atenção ao seu zoneamento que define uma Zona de Ocupação Vocacionada de Restrita e de baixa Densidade, apresenta várias edificações, tanto residenciais, comerciais, empresariais e de lazer, o empreendimento não representará grande transformação na paisagem, nem no cotidiano da população do entorno, sendo que anteriormente este espaço era ocupado com a operação de uma empresa de produção e fornecimento de concreto usinado.

O empreendimento atende as disposições da Lei de Zoneamento, está em acordo com os elementos paisagísticos de relevância do seu entorno; a morfologia implantada se integra à malha urbana vizinha, com volumetrias que não destoarão dos padrões existentes na região.

7. DIAGNOSTICO DO IMPACTO DE VIZINHANÇA

No diagnóstico que pretende caracterizar a área de influencia de operação da empresa que tem como atividade uma casa noturna, sendo um bar com música ao vivo e danceteria, perante os impactos que possam alterar o cotidiano da população residente no entorno foram desenvolvidos levantamentos bibliográficos e em campo, pertinentes aos elementos físicos, bióticos, sociais e econômicos que constituem o meio ambiente da área de influência direta. A partir destes levantamentos realizou-se uma caracterização dos ecossistemas e das atividades humanas na situação atual.

Para o levantamento e avaliação dos componentes biológicos, além de dados bibliográficos foi realizado um estudo de campo capaz de caracterizar a fauna, flora e vegetação que ocorrem na área de estudo.

Para o levantamento dos aspectos antrópicos foram realizadas pesquisas junto à Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, através de suas secretarias, além dos dados bibliográficos.

7.1 Meio físico

7.1.2 Poluição sonora

Considerando que a operação da empresa irá utilizar equipamentos geradores de ruídos, o que poderá acarretar irritabilidade e fadiga mental da população residente no entorno, devem-se considerar algumas ações futuras para sua mitigação.

Observa-se como fator existente um raio de 30 (trinta) metros de distância em relação às unidades residenciais, não apresentando nenhuma residência lindeira.



(figura 15) Local do empreendimento, não possuindo residência lindeira. Fonte: Equipe técnica

Deve-se considerar a instalação de um sistema de isolamento acústico que deverá ser devidamente instalada conforme projeto futuro e também que o empreendimento irá operar com os níveis de som dentro dos padrões exigidos por lei. .

Há também o ruído produzido pelas inúmeras casas noturnas, bares e restaurantes em funcionamento, no mesmo horário, no entorno, conforme observado em sua morfologia urbana, com grande movimentação de pessoas e veículos.

O funcionamento do empreendimento pode-se inferir que não irá oferecer prejuízo a área residencial circundante pois não irá alterar significativamente os ruídos que ocorrem atualmente no local.

7.1.3 Qualidade do ar

O estabelecimento e operação do empreendimento não irão alterar a qualidade do ar no entorno, visto que não possuirá chaminé, não utilizará queimadores, nem caldeiras.

O acesso a empresa possui pavimentação, o que resulta pouco desprendimento de partículas sólidas em suspensão (poeira).

Também a movimentação de veículos de carga para a empresa produzirá gases dos escapamentos resultantes da queima de combustíveis. A quantidade de gases liberados deve ser pequena, considerando sua baixa periodicidade e outras entregas de caminhões em estabelecimentos próximos.

7.1.4 Geração de resíduos sólidos

Os resíduos sólidos gerados deverão ser separados em Orgânicos e Inorgânicos e preparados de que a coleta seletiva municipal possa recolhê-los e dar a adequada destinação.

De acordo com a Resolução CONAMA 275/2001, os resíduos orgânicos deverão permanecer acondicionados em tambores marrons de 200L, e os inorgânicos em tambores de 200L, ficando a escolha da cor dos mesmos a cargo do empreendedor. Todos os recipientes serão identificados de acordo com a NBR 7500.

7.2 Meio biótico

7.2.1 Prejuízos a fauna terrestre

Prejuízos a fauna local é um impacto que pode ser desconsiderado visto sua baixa magnitude. Na área onde se pretende a instalação e operação do empreendimento a grande maioria das espécies que podem ser encontradas são generalistas, aquelas que vivem em áreas urbanizadas e estão acostumadas ao convívio com o ser humano. O local se apresenta antropizado, de grande movimentação urbana, não sofrendo interferência com a operação da empresa.

Sugere-se como medida mitigadora para evitar óbito de animais, que sejam retirados produtos potencialmente lesivos como embalagens e vasilhames com resíduos tóxicos, dando seu correto destino. Quanto às espécies consideradas peçonhentas, estas devem ser retiradas da área de trânsito de pessoas e liberadas em áreas próximas onde não haja circulação.

7.3 Meio sócio-econômico

7.3.1 Conflitos entre a operação da empresa e a rotina dos moradores

A área apresentada é fortemente antropizada, inserida em zona urbana, próximo ao centro da cidade, com circulação de pedestres e veículos exercendo atividades sociais, econômicas e culturais sobre o ambiente, com grande movimentação turística, sendo um dos locais mais badalados do sul do Brasil.

Apresenta movimentação urbana no seu entorno não afetando a qualidade de vida da população residente na área e em suas proximidades, onde se permite a análise das indiferenças entre as condições que existiriam com a atividade do empreendimento e as que existem sem essa ação.

A operação da empresa não irá provocar ruídos acima dos limites do que já existe na área, poeira, tráfego de veículos ou um contingente de pessoas em níveis que já não façam parte da rotina da população.

7.3.2 Aumento na oferta de empregos

A mão de obra relacionada ao empreendimento exige alguns trabalhadores diretos e muitos indiretos, que são recrutados na própria cidade o que irá propiciar um aumento da oferta de empregos. Este aumento na oferta de postos de trabalho cria novas fontes de renda para a população local incrementando a demanda de bens e serviços, fortalecendo o comércio local.

7.13. Aumento da oferta de emprego e geração de renda

Tanto na fase de instalação quanto na de operação, os serviços exigem o recrutamento de mão de obra, que dar-se-á preferência à contratação de mão de obra local, pois assim proporcionará aumento na oferta de emprego, gerando novas fontes de renda, incrementando a demanda de bens e serviços e fortalecendo o comércio local.

7.3.3 Aumento na demanda de bens e serviços

As atividades de implantação e operação do empreendimento irão incrementar o consumo de bens e serviços, acarretando um aumento na arrecadação de impostos e taxas.

7.3.4 Aumento do tráfego de veículos

A operação da empresa não acarretará em um aumento no tráfego de veículos, não implicando em transtorno para comunidade local, pois o trânsito de veículos não será consideravelmente maior do que já transita no local.

7.3.5 Receita tributária

A aquisição de materiais e equipamentos para a operação do empreendimento implicará no o aumento da arrecadação tributária. Está previsto o aumento da arrecadação de ICMS, IPI e ISS contribuindo nas receitas municipais, estaduais e federais.

7.3.6 Desenvolvimento de vetores

O acúmulo de lixo pode tornar-se um lugar propício à atração e ao desenvolvimento de espécies sinantrópicas que atuam como vetores de agentes etiológicos de diversas doenças.

Para evitar a proliferação de vetores de doenças é importante manter medidas de higiene principalmente na correta destinação dos resíduos gerados pelo empreendimento e estruturas adequadas para o armazenamento de materiais de destinação do lixo.

Faz-se necessário a conscientização dos funcionários para o armazenamento adequado e a disposição final correta dos resíduos gerados.

8. PÓLO GERADOR DE TRAFEGO

Os pólos geradores de tráfego são construções urbanas que atraem grande quantidade de deslocamentos de pessoas ou cargas (escolas, conjuntos de escritórios, shopping centers, bares e restaurantes)

O seu controle torna-se importante como forma de minimizar ou eliminar os impactos indesejáveis que possam ter sobre o transporte e trânsito da sua área de influência e que são causas importantes das más condições de circulação nas grandes cidades brasileiras.

Os pólos geradores podem ser controlados por instrumentos legais e técnicos que definem a obrigatoriedade de que novas construções e ocupações com certas características sejam submetidas à análise dos órgãos competentes de transporte e trânsito.

9. ANÁLISE DA CIRCULAÇÃO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA NA SITUAÇÃO SEM O EMPREENDIMENTO:

Uma via pública é composta por passeios (circulação de pedestres) e pela caixa de rolamento (circulação de veículos). A caixa de rolamento dos veículos, que é composta por faixas de fluxo que servirão para organizar a passagem dos veículos em "fila", e dependendo da largura das faixas e do layout dos sentidos a capacidade pode variar. No estudo da capacidade viária, o principal elemento focalizado são as faixas de fluxo. O conceito de capacidade é bastante simples, pois se trata do número máximo de veículos que pode passar numa faixa de fluxo em uma mesma direção (ou em ambas para vias de sentidos opostos) durante uma unidade de tempo e nas condições normais de tráfego.

O empreendimento vai totalizar como já foi apresentado a ocupação de um bar com música ao vivo e danceteria em uma sala que será locada de 318,80 m² de área total construída.

A malha viária apresenta pequena diversificação nas características operacionais da circulação.

- Vias e passeios – O empreendimento se localizará em região residencial, lazer, entretenimento e de prestação de serviços.
- Fluxos, sentidos – A malha viária do entorno apresenta sistema de fluxo de mão única na avenida Beira Rio e de mão dupla as ruas de ligação, com descargas em vias de pouca vazão de tráfego, no horário de carga e descarga que compreende entre 06h e 12h..
- Sinalização – A sinalização no entorno do empreendimento esta totalmente de acordo com as leis de transito vigente.
- Interseções – As interseções analisadas não apresentam nenhuma característica de complexidade com relação à geometria, fluxos, sinalização e visibilidade, atendendo perfeitamente as necessidades.

Os volumes de tráfego e níveis de serviços atuais nos horários de picos estão apresentados na Tabela abaixo

Verde	Fluxo Baixo	0 á 10 carros por hora
Laranja	Fluxo Médio	10 á 100 carros por hora
Vermelha	Fluxo Alto	100 á 400 carros por hora
Roxo	Fluxo Excepcional	Mais de 400 carros por hora.

O empreendimento esta locado na rua 4.450, Barra Sul, praticamente margeando o Rio Camboriú e próximo da avenida Beira Rio e avenida Atlântica com um fluxo médio durante o dia e fluxo alto a noite. Na alta temporada, nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, podem ocorrer períodos de fluxos excepcionais.

Os acessos de entrada e saída do município estão a 2.000 metros ao norte.

11. PREVISÃO DA DEMANDA FUTURA DE TRÁFEGO:

O número médio de veículos atraídos na hora de pico pelo tipo de empreendimento e pela época do ano deve-se considerar um aumento no fluxo de 300 (trezentos) veículos.

O pior momento de geração de tráfego será no horário de funcionamento do empreendimento, na abertura, em torno das 23h e no encerramento por volta das 4h. Esta demanda se dará de forma lenta no decorrer do período.

O período de carga e descarga para o abastecimento do estabelecimento será realizado no período das 6h as 12h, conforme o Código de Postura do município, quando a casa noturna já esta fechada ao publico.

12. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS NA CIRCULAÇÃO NA SITUAÇÃO COM O EMPREENDIMENTO:

A região da Barra Sul é considerada a mais badalada do sul do Brasil, inclui o terminal do teleférico, o pier de onde partem os passeios de barco pela Baía de Camboriu, pista de skate, vários bares e restaurantes e a sofisticada Marina Tedesco, repleta de iates e lanchas de luxo. É um exemplo de turismo de primeiro mundo no Brasil, tudo muito limpo e organizado.

No período da temporada é muito comum um passeio de carro na Barra Sul, visto seus inúmeros atrativos, o que sem a existência do empreendimento, esta demanda de tráfego também ocorreria.

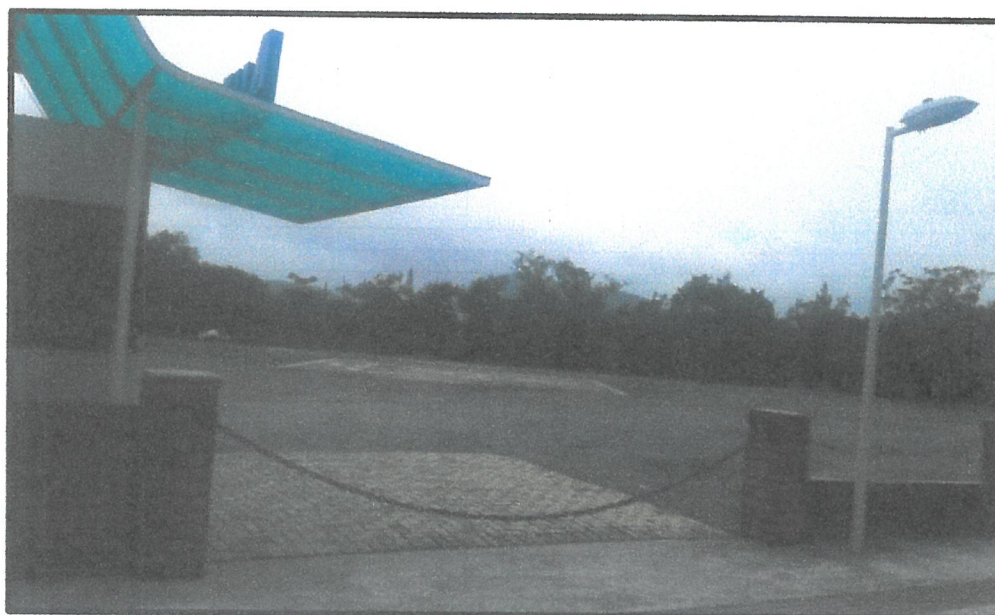
A via de acesso é dupla e possui ciclovia e vagas de estacionamento na lateral direita da via e também possui vários estacionamentos no entorno.



(figura 16) Rua Normando Tedesco, de acesso ao empreendimento. Fonte: Equipe técnica



(figura 17) Vagas de estacionamento na rua do empreendimento. Fonte:
Equipe técnica



(figura 18) Estacionamento no entorno do empreendimento proposto. Fonte:
Equipe técnica

Na análise da capacidade viária das interseções observamos que a adição do fluxo gerado não altera os níveis de serviço atuais, onde se ressalta ser aceitável o impacto gerado nas vias existentes, pois já iriam ocorrer mesmo sem a operação do empreendimento.

Estima-se que o aumento de tráfego gerado pelo empreendimento tem condições de ser absorvido pelo sistema viário do entorno, sem gerar diminuição significativa na qualidade de serviço das referidas vias.

A expectativa é de que a operação do empreendimento visa trazer à região uma revitalização, posto que, será implantado de acordo com as novas características técnicas estabelecidas pela legislação municipal, sendo mais um atrativo de entretenimento neste local, já rodeado por tantas ofertas de lazer.

14. RECOMENDAÇÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS

A seguir são apresentadas medidas mitigadoras adotadas no tratamento dos impactos negativos de pólos geradores de tráfego.

O estabelecimento dessas medidas deve considerar as fases de instalação e operação do empreendimento.

14.1 Adequação dos acessos de veículos e pedestres

Placas de identificação de acesso ao local do empreendimento, orientando as vias de acesso. Ordenamento no acesso de pessoas ao interior do estabelecimento evitando que saiam do passeio para rua com a colocação de barreiras metálicas evitando possíveis conflitos entre trânsito de veículos e de pedestres, trazendo maior segurança ao local.

14.2 Redistribuição de vagas de estacionamento com sinalização estatigráfica

Na rua de acesso ao empreendimento, rua 4550, há vagas de estacionamento em 45° que deverão ser redistribuídas e sinalizadas para seu ordenamento.



(figura 19) Vagas de estacionamento em 45° na frente do empreendimento.

Fonte: Equipe técnica

14.3 Adequação de locais específicos para veículos de emergência e de serviços

Deverá ser demarcada uma sinalização estatigráfica horizontal para estacionamento de veículos de serviço, emergência, idosos e deficientes físicos e também instalação de placas verticais conforme legislação vigente.

14.4 Medidas para a garantia de acessibilidade aos portadores de deficiência física.

Deverá ser instalado no acesso ao empreendimento piso podotátil e rampas de acesso para deficientes físicos garantindo boa visibilidade e acessibilidade.



(figura 20) Frente do empreendimento. Fonte: Equipe técnica

14.5 Adequação dos serviços e/ou infra-estrutura do transporte por táxi

Deverá ser oferecido um local de fácil acesso para a disponibilização dos serviços de taxis.

15. PARECER TÉCNICO

A área onde se pretende a operação do empreendimento apresenta-se bastante alterada, inserida em zona urbana, de expansivo crescimento econômico, com diversas atividades de lazer e entretenimento em seu entorno. Apresenta-se com estrutura já edificada, pronta para locação, rodeada de bares e restaurantes.

Ao analisar a compatibilidade entre a legislação existente, vinculada ao uso e à ocupação do solo e à natureza da atividade a ser desenvolvida no local, verifica-se que não há restrições legais de qualquer natureza ao empreendimento e suas atividades, considerando a vocação turística da região, que já atrai um enorme contingente de pessoas para passeio e lazer, não implicando em transtornos para a comunidade local e do entorno.

Quanto à diversidade da fauna na área de estudo, esta se encontra bastante comprometida pela acentuada fragmentação e urbanização da região, permitindo apenas o estabelecimento de grupos taxonômicos generalistas, típicos de ambientes alterados e abertos. A pressão antrópica proporcionada pela ocupação humana e o crescente desenvolvimento da cidade dificultam o estabelecimento de populações animais mais exigentes da qualidade ambiental, sobretudo mamíferos de médio e grande porte, e aves especialistas (como formicarídeos terrícolas e dendrocolaptídeos).

Sob o aspecto socioeconômico, o município de Balneário Camboriú, progride com investimentos que possam aumentar a arrecadação de impostos, a geração de empregos e novas alternativas de turismo e lazer.

Quanto aos possíveis impactos negativos causados pela operação da casa noturna, pode-se inferir que não irão implicar em alterações significativas no ambiente físico, biótico e socioeconômico, não interferindo no bem estar da população do entorno, visto ser um local propício para esta atividade e que já ocorreria, sem a sua presença.

Os impactos positivos, principalmente sócio-econômicos e turístico devem ser potencializados e certamente superam os impactos negativos, considerando a geração de emprego e o crescente desenvolvimento da região.

Este trabalho considerou diversos aspectos referentes à análise e ao tratamento dos impactos de pólos geradores de tráfego, incluindo descrições de experiências municipais relevantes no Brasil; parâmetros de projeto adotados em alguns municípios; legislação, documentos técnicos pertinentes, além de recomendações aos órgãos executivos de trânsito e rodoviários para o tratamento efetivo da matéria.

Ao fazer uso das informações contidas neste trabalho, os órgãos executivos de trânsito estarão se capacitando para a adoção dos procedimentos necessários ao efetivo tratamento de pólos geradores de tráfego, fazendo com que os mesmos sejam implantados sem causar consequências indesejáveis à fluidez e à segurança do trânsito em suas áreas de influência.

Conclui-se que não há restrições de qualquer natureza a operação do empreendimento e suas atividades, considerando a vocação turística da região, que já atrai um enorme contingente de pessoas para passeio e lazer, não implicando em transtornos para a comunidade local e do entorno, já acostumadas com este fluxo de pessoas e carros.

16. RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELO ESTUDO

Gustavo Scheer Hainosz
CREA/SC: 149745-6

Gustavo Weinert Moraes
CREA/SC: 150502-7

17 REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

PREFEITURA DE CAMBORIÚ. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. **Plano Diretor de Balneário Camboriú.**

_____. a. dados sobre o município de Balneário Camboriú, Secretaria de Turismo, 1997. Mimeo.

_____. b. **Rodovia interpraías. Relatório de Impacto Ambiental.** 1997.

CORREA, I.B. **Historia de Duas Cidades: Camboriú e Balneário Camboriú.** 1985.

SANTA CATARINA. Gabinete do Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de estatística, geografia e informática. **ATLAS DE SANTA CATARINA.** Rio de Janeiro.

_____. **Diagnostico Socioeconômico do Município de Balneário Camboriú-PIDSE.** Florianópolis: GAPLAN, 1991.

_____, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente AMFRI. **Plano de Desenvolvimento Básico Ecológico Econômico.,** 1999.

_____, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul-Anuário Estatístico de Santa Catarina, 2001. CDROM.

DENATRAN (1984. Departamento Nacional de Trânsito Ministério da Justiça. Brasília. DF.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [homepage da internet]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>